

Capítulo 3

Emigração, retorno e desenvolvimento **Primeiras observações a partir da análise das expectativas** **de regresso de emigrantes portugueses**

José Carlos Marques

(Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.IPLeiria) e Instituto Politécnico de Leiria)

Pedro Góis

(Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra)

Filipa Pinho

(Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (2019-2021) e CIES-Iscte)

Nas últimas décadas e, em particular, a partir de meados da primeira década de 2000, assistiu-se a um aumento sustentado da emigração portuguesa. A deterioração progressiva da situação económica, que tem início com o término das obras públicas de preparação para o Euro 2004 seguindo-se o período 2008-2011, com as medidas de austeridade decorrentes primeiro dos Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC) e, depois, com a intervenção da Troika (BCE-UE-FMI), contribuíram para que o fluxo de saída de emigrantes assumisse, entre 2012 e 2014, valores próximos dos registados nos finais da década de 60 e inícios da década de 70 do século passado.

A partir de 2015, a conjugação da retoma económica em Portugal com o desenvolvimento de diferentes tensões sociais na Europa (resultantes, por exemplo, do Brexit e de movimentos anti-imigração em vários países), e com o retrocesso da emigração para Angola e outros destinos, permitiam admitir o aumento dos movimentos de regresso de emigrantes para Portugal. Um conjunto de programas e ações políticas, algumas criadas antes desta data,¹ procuraram promover o regresso de segmentos específicos da população emigrada através de incentivos económicos e fiscais ao regresso. Os números disponíveis sobre os regressos realizados no âmbito destes programas são, para já, muito baixos, antecipando alguma ineficácia em contrariar as dinâmicas emigratórias recentes de forma político-administrativa. Tal como as saídas de emigrantes (e o seu perfil) revelam um contexto estrutural da sociedade e economia portuguesa, os regressos parecem depender de uma alteração das características estruturais da sociedade e não são reversíveis através de medidas isoladas de apoio individual.

1 Sobre os programas de apoio ao regresso ver Góis, P., Marques, J. C., e Pinho, F. (2017), *O Regresso de Uma Geração Preparada*, Lisboa, Fundação AEP.

Neste contexto, conhecer as opções migratórias futuras dos portugueses a residir no estrangeiro e, em particular, as suas expectativas de regresso, constitui um aspeto central na compreensão da potencial dimensão do regresso. Saber que fatores influenciam as intenções e as decisões de regresso, assim como as perspetivas quanto à reintegração dos regressados, são questões importantes no planeamento de medidas dirigidas aos portugueses residentes no estrangeiro e na aferição das possibilidades de mobilização dos recursos que detêm. Igualmente importante é conhecer as perspetivas e as práticas de investimento social ou económico destes emigrantes em Portugal de forma a antever o seu potencial contributo para o desenvolvimento das diferentes regiões nacionais.

A partir da análise dos resultados de um inquérito por questionário realizado a portugueses residentes no estrangeiro no âmbito do projeto “Experiências e expectativas de regresso dos novos emigrantes portugueses: reintegração e mobilidades”,² este texto explora algumas variáveis relevantes sobre as expectativas de regresso e de investimento dos portugueses residentes no estrangeiro. Esta análise encontra-se organizada segundo as seguintes dimensões: fluxos de emigração; intenções de regresso; motivações para o regresso e o potencial efeito económico destes regressos (avaliado a partir de investimentos planeados ou concretizados).

A evolução da emigração portuguesa nas últimas duas décadas

Os fluxos de saída de portugueses assumiram uma dinâmica mais intensa a partir do início do século XXI. Segundo os dados coligidos pelo Observatório da Emigração (Pires *et al.*, 2020), a evolução deste fluxo foi marcada por um aumento das saídas até 2007, uma redução entre 2008 e 2010 e um novo aumento a partir de 2010. Estima-se que, no total, aproximadamente um milhão e meio de portugueses migraram (de forma permanente ou temporária) entre 2001 e 2018, dividindo-se este total em cerca de 685 mil até 2010 e mais de 805 mil entre 2011 e 2018.

Para além dos números, muito elevados tendo em conta a dimensão da população e da população ativa, outros fatores e variáveis merecem relevância. No decurso das últimas duas décadas a emigração portuguesa foi-se tornando cada vez mais diversificada, quer em termos dos grupos sociodemográficos que participam neste movimento, quer nos destinos para onde se dirigem, quer, ainda, nas modalidades através das quais se concretiza a migração.

2 Projeto financiado pela FTC (PTDC/SOC-SOC/28730/2017), co-coordenado por José Carlos Marques e Pedro Góis.

Ao nível das características demográficas continuam a emigrar com maior preponderância pessoas em idade ativa jovem, mas assiste-se, também, à participação de uma proporção relevante de pessoas com mais de 35 anos, indiciando que a experiência migratória se torna, cada vez mais, uma realidade que acompanha, em diferentes graus, as biografias individuais dos cidadãos nacionais (Peixoto *et al.*, 2016). Em termos de repartição sexual, assinala-se ainda a participação de um maior número de mulheres que migram de forma autónoma (isto é, sem serem acompanhadas de familiares, ou sem o objetivo de se reunirem a familiares que já se encontram no estrangeiro). As mulheres migrantes representam atualmente, segundo diferentes fontes, pouco menos de metade do total de saídas de portugueses (Peixoto *et al.*, 2016).

Ao nível das características socioprofissionais, a alteração mais significativa, ou, pelo menos, a mais mediatizada, relaciona-se com o aumento da proporção de pessoas com níveis de qualificação formal mais elevados (Peixoto *et al.*, 2016). Apesar da emigração permanente ou temporária de indivíduos, sobretudo, com licenciatura e com mestrado, mas, também, com doutoramento, ter registado nos últimos anos um importante incremento, é importante salientar que os detentores de níveis de qualificação não superiores, isto é, com o secundário completo ou incompleto, continuam a ser dominantes no volume global de saídas (Peixoto *et al.*, 2016). Longe de estarmos perante uma expressiva fuga de cérebros persiste uma emigração não qualificada ou semiqualificada a que se adicionou, nas últimas duas décadas, uma emigração qualificada ou altamente qualificada fruto, no essencial, da evolução do nível da escolaridade média dos portugueses.

Principais destinos

Os dados disponíveis indicam que a maioria das saídas continua a dirigir-se para países da Europa Ocidental, ainda que se tenha assistido a uma maior variedade de destinos neste espaço geográfico. A evidência disponível mostra que, para além dos tradicionais países europeus (França, Luxemburgo, Suíça, Bélgica, etc.), a atual emigração se tem dirigido, também, para destinos que até agora funcionavam apenas marginalmente como países de acolhimento de migrantes portugueses. Assim, os destinos da emigração portuguesa tornaram-se geograficamente mais diversificados, complementando a integração no sistema migratório da Europa Ocidental com uma maior participação, como país de origem, no sistema migratório lusófono. Neste último sistema migratório os casos do Brasil e de Angola são paradigmáticos do desenvolvimento de novos destinos para a emigração portuguesa devido ao crescimento económico vivido, até 2015, por estes países (Åkesson, 2018; Augusto e King, 2020). A retração nos últimos anos dos fluxos migratórios com destino a estes países, fruto da contração da oferta laboral ou da diminuição

dos salários oferecidos, é bem demonstrativa da característica de emigração económica que os fluxos de portugueses vêm assumindo (Candeias *et al.*, 2016; Góis e Marques, 2018; Madeira *et al.*, 2016; Malheiros *et al.*, 2016; Marques e Góis, 2016). Mais do que uma dependência direta da economia extractivista destes países que impulsionou estas economias até 2015, a emigração portuguesa estava concentrada em setores de investimento de capital (*eg.* construção civil e obras públicas) que rapidamente se deteriorou após este ano, não mais tendo recuperado.

A variedade das modalidades emigratórias constitui uma outra característica diferenciadora dos movimentos emigratórios portugueses contemporâneos. Às saídas de carácter mais permanente (que continuam a ser relevantes) é, agora, necessário acrescentar um fluxo de saídas temporárias, repetitivas ou mesmo circulares, justificadas por fatores estruturais como a reestruturação dos mercados laborais a nível global e regional, a flexibilização generalizada de formas de contratação laboral, o desenvolvimento de nichos de emprego específicos, a livre circulação no espaço da União Europeia e a generalização das tecnologias de informação, comunicação e de transporte de baixo custo. No seu conjunto, estes fatores sustentam a criação de estruturas de oportunidades migratórias plurais e mais complexas do que no passado. O resultado é o desenvolvimento de estratégias e modalidades migratórias adequadas a responder de forma satisfatória às possibilidades de integração laboral que se desenvolvem nos diferentes países e setores económicos (Góis e Marques, 2020; Malheiros *et al.*, 2016).

As expetativas em relação ao regresso

O regresso tem, historicamente, acompanhado os fluxos emigratórios portugueses. Cada fluxo migratório tem produzido uma contracorrente de regressos de dimensão e características variáveis (Silva, 1984). Tal como existe uma emigração permanente ou de longa duração e uma emigração temporária ou circular, também é perceptível a existência de retornos permanentes e retornos temporários, alguns deles produtos de uma circularidade migratória. É de admitir que a realidade do retorno em relação à emigração que se produziu a partir de 2000 não seja muito diferente da emigração de retorno de vagas anteriores. Os poucos estudos existentes sobre o regresso apontam precisamente nesse sentido. Assim, segundo os dados do Censo de 2011, os regressos terão representado, aproximadamente, 40% do total de saídas estimadas para a primeira década do século XXI (Oliveira *et al.*, 2016). Num projeto concluído em 2015 (projeto REMIGR),³ o retorno constitui a intenção predominante entre os que responderam ao inquérito aplicado no âmbito deste projeto (29,1% declararam pretender regressar a Portugal). Num outro estudo (Góis *et al.*, 2017), a percentagem dos que eram assertivos em relação à sua intenção de

regresso foi de 31,4%, e a dos que indicaram que o regresso era uma possibilidade foi de 33,6%, evidenciando um padrão de intenção de retorno.

Nota metodológica

No inquérito enquadrado no projeto de investigação mencionado no início deste texto, o estudo das intenções de retorno assume um lugar central. Este inquérito por questionário, realizado de forma presencial, online, telefónica e com recurso às novas tecnologias de comunicação (WhatsApp, online, Facetime, etc.) (Baltar e Brunet, 2012; Brickman Bhutta, 2012; Pyszczółkowska, 2020), foi respondido por 2.349 portugueses residentes no estrangeiro. Neste texto analisam-se apenas as repostas com origem em residentes em quatro países estudados e em maior profundidade (Reino Unido, França, Suíça e Luxemburgo), no total de 1.044 respondentes. Estes respondentes satisfaziam, de forma cumulativa, as seguintes condições: a) ter nascido em Portugal ou ter cidadania portuguesa; b) ter 18 ou mais anos; c) viver atualmente no estrangeiro; d) ter emigrado no ano 2000 ou depois. Ainda que a metodologia de seleção dos participantes (não representativa, aleatória, em bola-de-neve) não permita extrapolar os resultados obtidos para a população emigrante global,⁴ o tamanho da amostra é suficientemente amplo para permitir a análise das expectativas de retorno dos portugueses residentes no estrangeiro.

Caraterísticas sociodemográficas dos inquiridos

O grupo de respondentes ao inquérito revela uma feminização bastante elevada, pois 65% do total são mulheres. Esta feminização fica mais exacerbada no caso da subamostra de respondentes do Reino Unido, onde 72% são mulheres, e menos no caso de França, de onde responderam menos de 60%. Devemos ter em atenção algum enviesamento das repostas, provocado por estas diferenças na amostra.

Relativamente à distribuição etária, encontramos uma baixa representação do grupo entre os 18 e os 24 anos na amostra total e nas subamostras de residentes nos países em análise e uma maior concentração nos grupos etários entre os 30 e os 44 anos. Neste último grupo etário tem de ser feita uma

3 Projeto “Regresso ao Futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa” (REMIGR), financiado pela FCT (PTDC/ATP-DEM/5152/2012), coordenado por João Peixoto.

4 Os inquiridos foram recrutados com recurso à técnica de amostragem em bola de neve, completada com um processo de amostragem por conveniência de forma a incluir grupos que o processo de amostragem em bola de neve não conseguiu alcançar.

Quadro 3.1 Características sociodemográficas dos inquiridos

Caraterísticas sociodemográficas	Total	França	Luxemburgo	Reino Unido	Suíça
	(n=2.349)	(n=302)	(n=167)	(n=423)	(n=234)
Grupo etário	(n=2.347)	(n=302)	(n=166)	(n=422)	(n=234)
18-24	5,0	10,3	6,0	5,9	9,0
25-29	12,7	13,2	15,7	13,5	12,0
30-34	17,9	19,5	12,7	20,4	13,2
35-39	20,8	16,6	19,9	16,4	21,8
40-44	20,0	14,9	15,1	17,3	19,2
45-49	11,9	11,6	11,4	14,2	9,8
50 e mais	11,5	13,9	19,3	12,3	15,0
Género	(n=2.349)	(n=302)	(n=167)	(n=423)	(n=234)
Feminino	65,0	57,3	62,3	72,6	69,2
Masculino	35,0	42,7	37,7	27,4	30,8
Condição perante o trabalho antes de emigrar	(n=2.110)	(n=278)	(n=155)	(n=369)	(n=200)
Empregado	53,0	48,5	50,3	50,7	57,5
Trabalhador por conta própria / empresário	11,8	11,8	12,9	11,7	6,5
Desempregado	17,4	17,6	15,5	24,1	13,5
Estudante	13,8	16,2	16,8	11,9	17,0
Outra situação	3,9	5,8	4,5	1,6	5,5
Grupo profissional antes de emigrar	(n=1604)	(n=203)	(n=118)	(n=285)	(n=160)
Quadros e especialistas	50,4	31,0	26,3	48,1	36,9
Técnicos	37,5	37,9	50,8	44,9	40,0
Operários	7,9	16,7	16,9	4,2	20,0
Não qualificados	3,4	10,8	5,1	2,8	1,9
Outros	0,8	3,4	0,8	0,0	1,3
Habilitações literárias	(n=2.154)	(n=292)	(n=159)	(n=405)	(207)
Até ao 1.º ciclo	1,2	3,1	3,8	1,0	2,1
2.º ou 3.º ciclo	7,1	26,4	26,4	7,4	17,0
Ensino Secundário	19,9	30,8	27,0	21,5	31,9
Ensino Superior	71,8	39,7	42,8	70,1	49,0

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

ressalva para o caso do Luxemburgo que apresenta uma proporção menor de indivíduos neste grupo etário do que os outros países. No caso do Luxemburgo nota-se, ainda, uma concentração de 19% no grupo, com idade igual ou superior a 50 anos, enquanto entre os residentes nos outros países, essa percentagem não passa dos 15%.

Trata-se de uma amostra de respondentes inequívoca e maioritariamente em idade ativa, e isso confirma-se com a condição perante o trabalho já antes de emigrar. Um pouco mais de metade da amostra total está empregada; apenas no caso dos residentes em França essa percentagem não chega a 50%. Os desempregados são o segundo grupo mais representado no total e em qualquer dos países em análise, embora tenha de ser destacado que entre os

respondentes do Reino Unido essa proporção está próxima de 25%, o que excede em muito o que se encontra para o total (17%). Relembramos que o inquérito foi respondido já durante a pandemia, e que tal pode refletir parcialmente essa realidade.

Entre os respondentes que trabalham, cerca de metade são quadros e especialistas, situação que se deve principalmente à proporção de emigrantes residentes no Reino Unido, onde essa mesma proporção é de 48%. No caso da amostra global e no caso do Reino Unido, a grande parte dos respondentes concentra-se maioritariamente entre este grupo e o de técnicos, situação que difere muito do que observamos para os casos de França e Luxemburgo, pois aqui os operários (e os não qualificados, no caso de França), também estão representados.

As qualificações refletem esta realidade, pois cerca de 72% dos respondentes ao inquérito concluiu algum grau do ensino superior, o que se verifica também entre residentes no Reino Unido, mas não entre os restantes (cerca de 40% entre residentes em França, 43% entre os residentes no Luxemburgo e 49% entre os residentes na Suíça). Embora o ensino superior também seja a escolaridade concluída mais representada entre emigrantes nestes países, 17% no caso da Suíça e 26% nos outros dois países concluíram o 2º ou o 3º ciclo — contra 7% do total ou no caso do Reino Unido — e entre 27% (Luxemburgo), e 30,8% (França) e 32% (Suíça) concluíram o ensino secundário; no caso da amostra total, esta proporção fica pelos 20%.

As expetativas de regresso

À semelhança de estudos anteriores, também neste o retorno a Portugal constitui a expetativa mais exteriorizada pelos inquiridos (44,6%), seguindo-se a indecisão em relação ao projeto migratório futuro (27,7%) e a expetativa de permanecer no país (24,7%). A intenção de migrar para outro país é residual no conjunto das respostas obtidas (3,0%). Em geral, a estrutura das intenções de regresso é consistente nos quatro países que constituem os estudos de caso do projeto. Verificam-se, no entanto, algumas dissemelhanças nas respostas dadas pelos residentes nos diferentes países: a intenção de regresso assume particular expressão entre os residentes na Suíça (52,6%); o desejo de permanecer no país é mais expressivo entre os residentes no Reino Unido (28,1%); e a indecisão é maior (ainda que muito ligeiramente) nos residentes no Luxemburgo (29,3%).

Em termos de género não se registam diferenças significativas nos projetos migratórios, apenas uma proporção ligeiramente maior de homens a pretenderem regressar ao país (44,2% *vs.* 41,3%) e uma ténue sobrerrepresentação das mulheres na intenção de permanecer (26,3% *vs.* 25,1%) ou na indefinição em relação ao seu futuro migratório (29,9% *vs.* 26,3%).

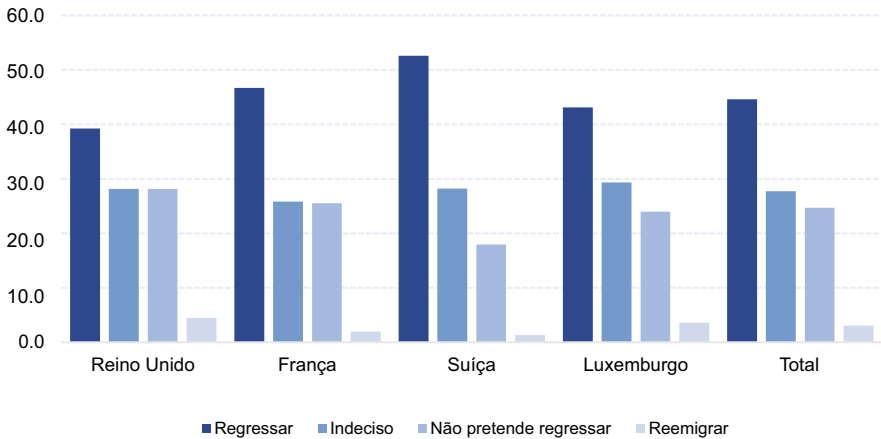


Gráfico 3.1 Expetativas de regresso a Portugal, por país de residência

Nota: n=1.044.

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

Quanto à relação entre as intenções de retorno e a idade dos inquiridos, verifica-se que os respondentes com 50 ou mais anos referem com maior frequência a opção pelo regresso (59,8% dos inquiridos neste grupo etário), enquanto a expetativa da permanência ou da remigração se encontra presente, sobretudo, nos grupos com idades inferiores (30% dos inquiridos com menos de 50 anos indicaram uma destas opções). São também os mais jovens que apresentam uma maior indefinição quanto ao seu projeto migratório futuro (30% *vs.* 18%).

Regressar: quando?

Apesar de a intenção de retorno a Portugal assumir uma posição preponderante no conjunto dos inquiridos, é necessário notar que parte importante dos inquiridos (40%) não tem ainda claramente definido o momento em que esse regresso se concretizará. Somente um quinto dos inquiridos que pretendem regressar, preveem fazê-lo no curto prazo (em 2020 ou 2021), outro quinto manifesta a intenção de regressar no médio prazo (entre 2022 e 2024). Os restantes emigrantes que manifestaram o propósito de regressar estimam que o regresso se concretize apenas a partir de 2025.

Solicitados a indicar a probabilidade de se encontrarem a residir em Portugal em três momentos específicos (no próximo ano, daqui a 5 anos e daqui a 10 anos), verificou-se que, à medida que aumenta o espaço temporal

considerado, se amplia a percentagem dos que considera provável ou mesmo muito provável vir a residir no país (de 14%, para 35% e para 53% no caso do período temporal mais dilatado). Confirma-se, deste modo, que o regresso, apesar de fazer parte do projeto migratório idealizado pelo migrante, tende a ser planeado apenas para o médio ou longo prazo.

Motivações para o regresso

Como demonstram vários estudos sobre o retorno, o processo de tomada de decisão é influenciado por um conjunto de fatores diverso e de importância variável (Pinho *et al.*, 2021). Entre os inquiridos que têm a expectativa de regressar, os fatores mais relevantes relacionam-se com a vida familiar ou com dimensões que se podem considerar intrínsecas ao país, como a paisagem e o clima. Os que não pretendem regressar, por seu lado, apontam como principais motivos fatores de natureza profissional, tais como a situação profissional, o rendimento, ou as oportunidades de progressão profissional e, também, condições relativas ao funcionamento do estado de bem estar no país em que se encontram, nomeadamente ao nível do sistema educativo e dos benefícios sociais.

Questionados sobre os fatores específicos que os emigrantes com intenção de regressar a Portugal consideram mais relevantes na sua decisão, sobressaem os motivos familiares e estruturais referidos atrás. O desejo de estar próximo da família, as saudades, o clima, o apoio de familiares e o maior acesso à cultura e à gastronomia portuguesa são, individualmente, considerados relevantes por mais de 70% dos respondentes.

Os fatores relativos ao país de residência são, em geral, considerados menos relevantes por parte dos inquiridos. Somente a desilusão com o país de residência e a degradação do contexto económico são salientados por mais de 20% dos inquiridos. De assinalar que as dificuldades de adaptação ao país para onde se emigrou — uma das componentes da discussão académica clássica sobre as migrações de regresso — são mencionadas apenas por 16% dos inquiridos.

Em síntese, os dados obtidos através do questionário preenchido pelos emigrantes parecem indicar que os motivos relativos ao país de origem influenciam mais a decisão de regresso, enquanto os fatores que se situam no país de residência assumem uma relevância menor. Trata-se, porém, de fatores que se referem a dimensões diferentes na forma como são percebidas pelos respondentes: enquanto os primeiros aludem a motivações de natureza pessoal e subjetiva, os segundos indicam a ação de razões económicas e sociais objetivas.

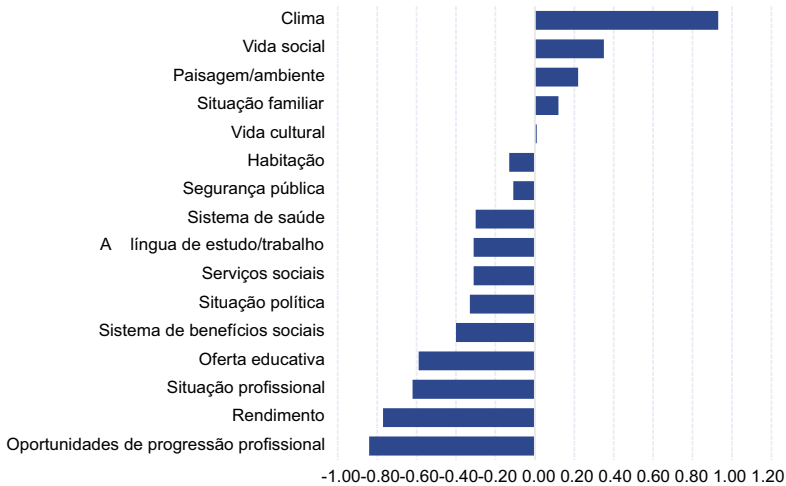


Gráfico 3.2 Relevância de diferentes fatores na decisão de regressar ou não ao país

Nota: valores negativos indicam uma maior importância atribuída ao fator por parte dos que não pretendem regressar (comparativamente aos que pretendem regressar) e valores positivos indicam que ao fator foi atribuída mais relevância pelos que pretendem regressar ao país (comparativamente aos que não pretendem regressar).

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

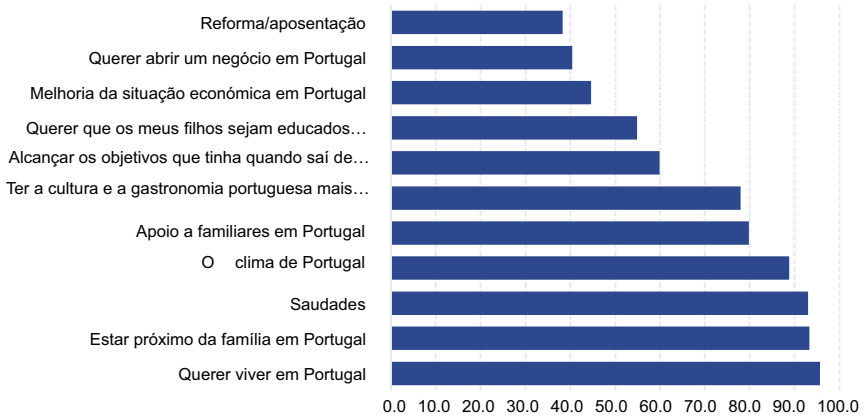


Gráfico 3.3 Importância de fatores específicos de Portugal na decisão de regressar

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

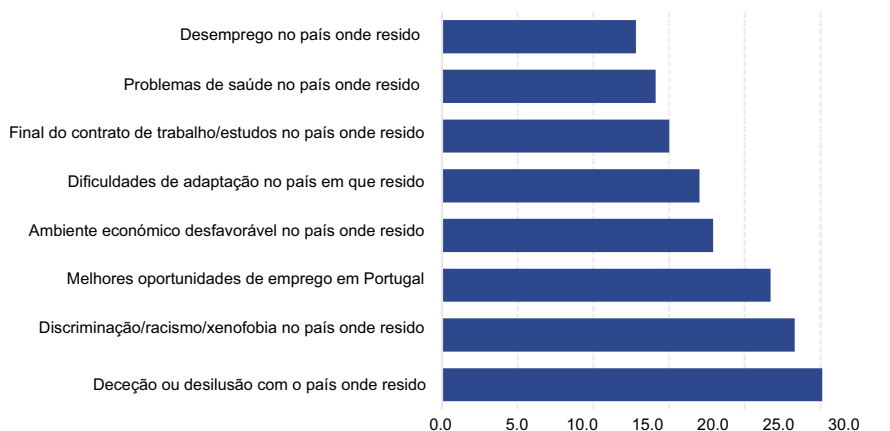


Gráfico 3.4 Importância de fatores específicos do país de residência na decisão de regressar

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

Potenciais efeitos da migração e do retorno de emigrantes no desenvolvimento económico

Determinar os impactos económicos das migrações e do retorno constitui uma tarefa complexa e dificultada, frequentemente, pela insuficiência de dados que permitam aferir o efeito da agência dos migrantes (atuais e regressados) no tecido económico e social do país e das suas regiões. Os dados que temos vindo a usar também não permitem analisar aprofundadamente os efeitos económicos das migrações e dos regressos. Autorizam, apenas, aferir as práticas de investimento dos migrantes e as suas intenções de investimento no país.

Uma das formas pelas quais se pode analisar o contributo económico dos migrantes é através das visitas que realizam ao país, pois não só podem relacionar-se com investimentos realizados ou a realizar, como implicarão sempre participar em atividades de consumo no país, de bens e serviços (eventualmente restauração e alojamento, entre outros). Estas visitas ocorrem duas a três vezes por ano para 47,2% dos inquiridos, e entre quatro e seis vezes para 17,3% dos que reponderam ao inquérito. Há a assinalar, ainda, que 6,8% dos inquiridos realizam viagens mais frequentes a Portugal, e uma percentagem quase similar (6,6%) afirma não ter visitado o país no ano anterior. Na maioria destas deslocações ao país, assumem particular relevância as visitas a familiares, a realização de férias e a participação em eventos e festividades (Gráfico 3.5). Tratam-se de motivos que alguns autores definem como

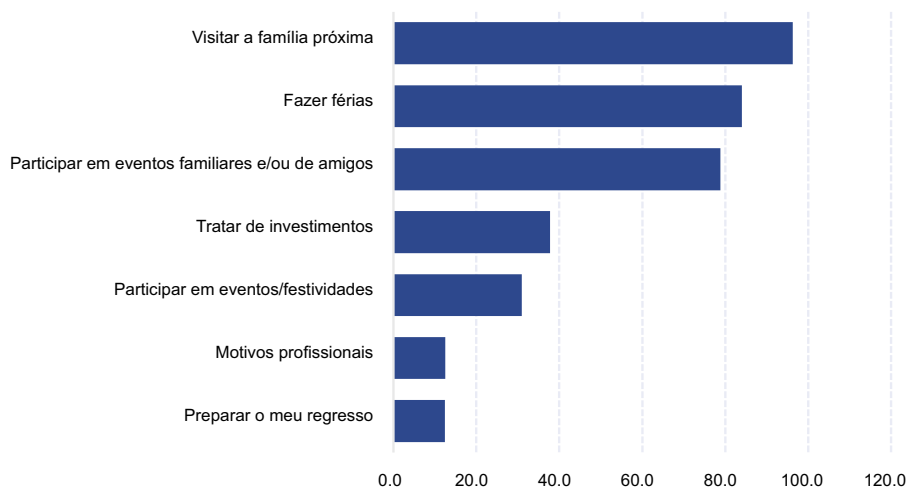


Gráfico 3.5 Motivos considerados importantes para a visita a Portugal

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

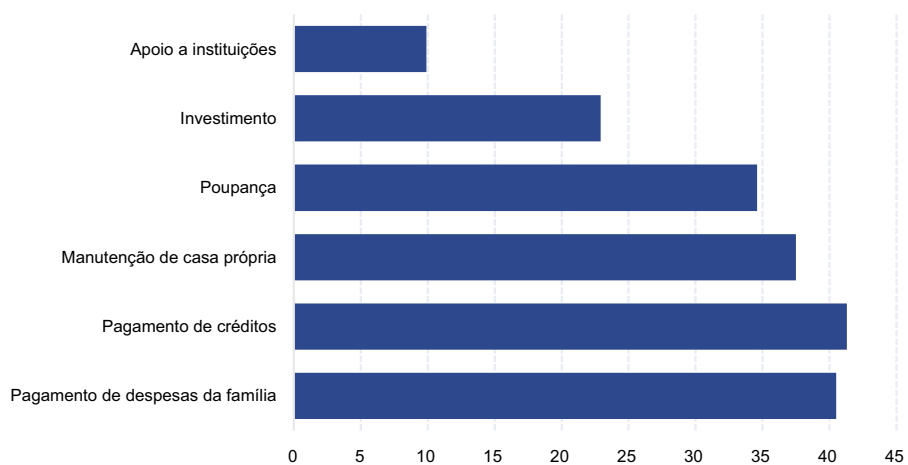


Gráfico 3.6 Destino do dinheiro enviado para Portugal

Nota: em percentagem das respostas.

Fonte: Inquérito às Expetativas de Regresso, 2020 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

integrando fluxos específicos e que formam um segmento importante do mercado turístico (o designado mercado VFR, *visiting friends and relatives*) (Morrison *et al.*, 1995; Williams e Hall, 2000) e que contribuem para a economia nacional e, em especial, para animar as economias regionais para onde se dirigem os migrantes.

Outro contributo dos migrantes para a economia manifesta-se através do envio de remessas. Ainda que o peso das remessas no PIB nacional tenha vindo a diminuir desde os anos 1980 [altura em que chegaram a representar 10% do PIB (Baganha, 1994)] elas continuam a constituir uma fonte relevante da entrada de divisas no país, representando, em 2020, 1,8% do PIB (fonte: Pordata).

O envio de remessas constitui, também, uma prática realizada nos últimos cinco anos por 51,8% dos inquiridos. As remessas enviadas destinam-se, sobretudo, e como pode ser confirmado no gráfico 3.6, a satisfazer compromissos pessoais ou familiares (pagamento de despesas, de créditos, ou manutenção da habitação) e, em 23,7% das respostas, à realização de investimentos. Significativa é, ainda, a percentagem dos que enviam remessas para efeitos de constituição de poupanças (46,9%).

No questionário que temos vindo a considerar, existe uma outra questão que permite aferir o contributo dos emigrantes para o desenvolvimento económico do país. Perguntava-se se o desejo de investir em Portugal, nomeadamente através da abertura de um negócio no país, constituía um fator importante na decisão de regressar. Dos inquiridos que pretendem regressar ao país, 35,2% indica que o desejo de encetar uma atividade empreendedora constitui, entre outras, uma razão motivadora do regresso. Este valor, não significa, evidentemente, que esta vontade se venha a concretizar aquando do regresso, mas indicia uma pré-disposição para o efeito.

E os regressados... Investem após o regresso?

Aferir os impactos económicos dos emigrantes através de medidas indiretas, como as visitas realizadas a Portugal e as remessas enviadas, permite, ainda que de forma imperfeita, traçar uma imagem global de diferentes modos através dos quais os emigrantes contribuem para a economia nacional. Estes dados podem ser completados com os dados relativos aos investimentos realizados por emigrantes que já regressaram, fornecendo, deste modo, um quadro mais completo sobre o potencial contributo económico da experiência migratória dos portugueses. É esta análise que se irá realizar seguidamente, aproveitando para o efeito um inquérito aplicado a emigrantes que regressaram a Portugal a partir do ano 2000. Também este inquérito foi aplicado de forma presencial e a distância, recorrendo-se para o efeito quer à via telefónica, quer às ferramentas de comunicação e de inquirição disponibilizadas pela internet. O questionário esteve disponível entre dezembro de 2020 e maio de 2021, tendo sido recolhidas respostas de 348 emigrantes regressados.

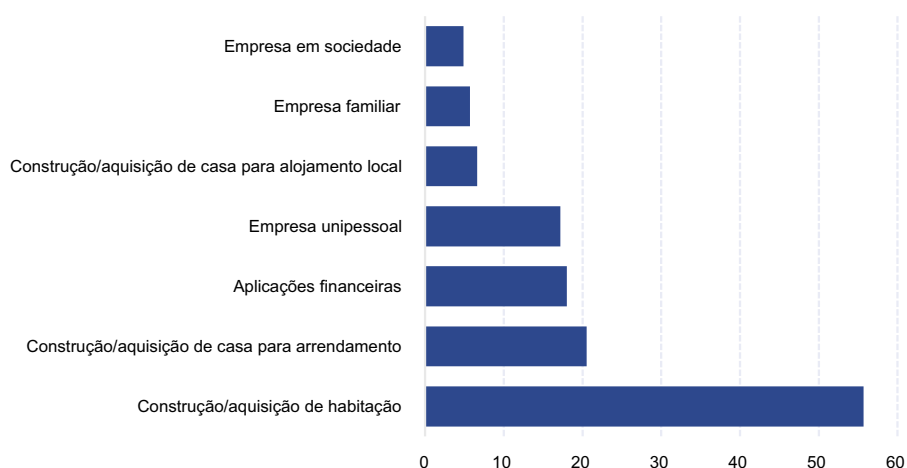


Gráfico 3.7 Tipo de investimento realizado pelos emigrantes regressados

Nota: em percentagem das respostas.

Fonte: Inquérito aos Emigrantes Regressados, 2020/21 (PTDC/SOC-SOC/28730/2017).

A maioria dos emigrantes regressados afirmou não ter realizado investimentos em Portugal após o seu regresso. Dos que realizaram investimentos (46,2%), a maioria destinou-os à construção ou aquisição de habitação. A aquisição de casa para arrendamento (incluindo o alojamento local) e a constituição de empresas unipessoais surgem como formas alternativas de investimento, e as restantes formas de investimento apresentam valores menos expressivos.

Ao comparar o destino dos investimentos feitos e das remessas enviadas pelos mesmos inquiridos enquanto ainda se encontravam no estrangeiro, denota-se uma alteração relevante. Enquanto as remessas se destinavam, sobretudo, à realização de poupanças (55,2% das respostas), à manutenção da casa (35,5%), ao pagamento de créditos (32,0%) ou ao pagamento de despesas familiares (31,4%); os investimentos realizados após o regresso apresentam uma orientação mais empreendedora, ainda que a níveis moderados (à exceção dos investimentos relativos á habitação própria que assumem valores expressivos durante e após a emigração).

Notas finais

A discussão da relação entre migrações e desenvolvimento pode ser integrada numa perspetiva analítica mais vasta que se interroga sobre as políticas e

as práticas de vinculação do Estado português e dos seus emigrantes (conhecidas na literatura anglo-saxónica como *engagement politics* ou *migrant engagement*) (Collyer, 2013; Østergaard-Nielsen, 2003). Trata-se de uma dimensão particular destas políticas e práticas que questiona a forma como os Estados podem aproveitar a presença de emigrantes em diferentes países estrangeiros como um recurso económico e/ou político e a forma como os emigrantes se envolvem com os seus países através da promoção de relações económicas. Neste contexto, as relações económicas que os emigrantes mantêm com o país de origem podem ser entendidas como uma manifestação das práticas transnacionais dos emigrantes que contribuem para a constituição de espaços sociais e económicos através dos quais se processa a ligação entre o país/região de origem dos migrantes e o país de acolhimento (Marques e Góis, 2008).

Os dados apresentados nas páginas precedentes, embora não permitam fornecer uma imagem completa e fidedigna do nível das transações económicas que os emigrantes realizam com o seu país de origem, proporcionam uma primeira perceção sobre essas transações e sobre o seu eventual impacto no desenvolvimento nacional e regional. Pela análise dos dados é evidente que o envio de remessas para o país e as viagens a Portugal constituem duas das formas pelas quais os migrantes mantêm relações económicas com o país. Ainda que os efeitos destas duas práticas sobre o desenvolvimento económico nacional e, particularmente, regional, não sejam conhecidas com rigor, é de admitir que o seu contributo para o estímulo das economias locais não seja desprecioso e que o valor das remessas enviadas continue a ser uma fonte importante de entrada de remessas no país. Parte destas remessas destinam-se ao investimento imobiliário, em particular à aquisição de casa, ao pagamento de despesas familiares e à amortização de créditos. Os emigrantes regressados apresentam uma maior diversificação das suas aplicações financeiras no país, denotando-se a mobilização dos seus investimentos para atividades empreendedoras, como constituição de empresas e desenvolvimento de atividades no mercado do arrendamento.

Os dados utilizados neste texto não autorizam, como já referido, uma análise detalhada da relação entre emigração e desenvolvimento, um campo de estudos que deveria ser merecedor da promoção de estudos aprofundados, quer a nível nacional, quer a nível regional. Conhecer o modo como se materializam as relações económicas dos emigrantes com o seu país de origem, os efeitos diretos e indiretos destas relações, os constrangimentos enfrentados pelos emigrantes no processo de investimento no país, etc., são dimensões importantes e estruturantes na construção de uma estratégia de capitalização do potencial da emigração portuguesa.

Referências bibliográficas

- Åkesson, L. (2018), *Postcolonial Portuguese Migration to Angola: Migrants Or Masters?* Springer.
- Augusto, A., e King, R. (2020), ““Skilled white bodies””: portuguese workers in Angola as a case of North-South migration”, *The Geographical Journal*, 186 (1), pp. 116-127.
- Baganha, M. I. (1994), “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”, *Análise Social*, XXIX (128), pp. 959-980.
- Baltar, F., e Brunet, I. (2012), “Social research 2.0: virtual snowball sampling method using Facebook”, *Internet research*.
- Brickman Bhutta, C. (2012), “Not by the book: Facebook as a sampling frame”, *Sociological Methods e Research*, 41 (1), pp. 57-88.
- Candeias, P., Malheiros, J., Marques, J. C., e Liberato, E. (2016), “A nova emigração para Angola: integração diferenciada e forte ligação a Portugal”, em J. Peixoto, I. T. d. Oliveira, J. Azevedo, J. C. Marques, P. Góis, J. Malheiros, e P. M. Madeira (Eds.), *Retorno ao Futuro: A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa* (pp. 199-233). Gradiva.
- Collyer, M. (Ed.). (2013), *Emigration Nations. Policies and Ideologies of Emigrant Engagement*, Palgrave Macmillan.
- Góis, P., e Marques, J. C. (2018), “Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos”, *E-Cadernos Ces* pp.125-151. <https://doi.org/10.4000/eces.3307>
- Góis, P., e Marques, J. C. (2020), “Portuguese intra-EU migration. The dynamics of an ongoing migration process”, *Ethnic and Racial Studies*, 43 (14), pp. 2551-2571. <https://doi.org/10.1080/01419870.2020.1772989>
- Góis, P., Marques, J. C., e Pinho, F. (2017), *O Retorno de uma Geração Preparada*, Fundação AEP.
- Madeira, P. M., Ferreira, B., Candeias, P., Peixoto, J., e Fernandes, D. (2016), “A emigração portuguesa recente para o Brasil: novos contornos de uma corrente histórica”, em J. Peixoto, I. T. d. Oliveira, J. Azevedo, J. C. Marques, P. Góis, J. Malheiros, e P. M. Madeira (Eds.), *Retorno ao Futuro: A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa* (pp. 169-198), Gradiva.
- Malheiros, J., Marques, J. C., e Góis, P. (2016), “Geografias, processos migratórios e dinâmicas sociográficas da emigração contemporânea portuguesa: respondendo a algumas questões”, em J. Peixoto, I. T. d. Oliveira, J. Azevedo, J. C. Marques, P. Góis, J. Malheiros, e P. M. Madeira (Eds.), *Retorno ao Futuro: A nova Emigração e a Sociedade Portuguesa* (pp. 273-296). Gradiva.
- Marques, J. C., e Góis, P. (2008), “Pratiques transnationales des Capverdiens au Portugal et des Portugais en Suisse”, *Revue Européenne des Migrations Internationales*, 24(2), 147-165.
http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/245_07GOIS.pdf

- Marques, J. C., e Góis, P. (2016), "Structural emigration: the revival of Portuguese outflows", em J.-M. Lafleur e M. Stanek (Eds.), *Old Routes, New Migrants: Lessons from the South-North Migration of EU Citizens in Times of Crisis* (pp. 65-82), Springer.
- Morrison, A. M., Hsie, S., e O'Leary, J. T. (1995), "Segmenting the visiting friends and relatives market by holiday activity participation", *Journal of Tourism Studies*, 6 (1), pp. 48-63.
- Oliveira, I. T., Candeias, P., Peixoto, J., Azevedo, J., e Malheiros, J. M. (2016), "Regresso e circulação de emigrantes portugueses no início do século XXI", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, pp. 11-35.
- Østergaard-Nielsen, E. (Ed.). (2003), *International Migration and Sending Countries: Perceptions, Policies and Transnational Relations*, Palgrave Macmillan.
- Peixoto, J., Oliveira, I. T., Azevedo, J., Marques, J. C., Góis, P., Malheiros, J., e Madeira, P. J. (2016), *Regresso ao Futuro: A nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Gradiva.
- Pinho, F., Góis, P., e Laranjo Marques, J. C. (2021), "Ficar ou voltar? Intenções de regresso entre portugueses qualificados emigrados a partir do ano 2000", *Análise Social*, 56 (238).
- Pszczółkowska, D. (2020), *Facebook recruitment and online interviewing-suitable for qualitative research in migration?*, CMR Working Papers 119 (177).
- Silva, M. e. a. (1984), *Retorno: Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Williams, M. A., e Hall, M. C. (2000), "Tourism and Migration: new relationships between production and consumption", *Tourism Geographies*, 2(1), pp. 5-27.

